PETTENATI S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL
Companhia Aberta
CNPJ - 88.613.658/0001-10 – NIRE 43300003272

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração, segue proposta da administração a ser apreciada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser convocada dentro dos prazos legais.

1. **Realização:**

   Às 14h do dia 31 de outubro de 2023, em formato presencial, na sede social da empresa, localizada na Rodovia Estadual RSC 453, km 2,4, na cidade de Caxias do Sul (RS), e em formato digital, nos termos do art. 21-C da Instrução CVM 481/2009, alterada pela Instrução CVM 622/2020, através da plataforma eletrônica "Microsoft Teams".

2. **Esclarecimentos para participação na Assembleia Geral**

   Serão disponibilizadas as opções de participação na Assembleia Geral de forma presencial e digital.

   Para o acionista que optar pela participação digital, a Companhia adotará o uso da plataforma digital "Microsoft Teams" para a realização da Assembleia Geral.

   Nos termos do artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009 ("ICVM 481"), alterado pela Instrução CVM nº 622/2020 ("ICVM 622"), para participarem virtualmente da Assembleia Geral por meio da plataforma eletrônica "Microsoft Teams" os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar para o endereço eletrônico ri@pettenati.com.br, até as 14h00min do dia 29 de outubro de 2023, a manifestação de interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema, contendo no assunto: 'Solicitação de Acesso para AGOE de 31/10/2023'. A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que participará da Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, telefone e endereço de e-mail do solicitante e a seguinte documentação:

   Acionista Pessoa Física:

   a) Documento de identificação com foto e CPF do acionista; e
   b) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária.

   Acionista Pessoa Jurídica:

   a) Documento de identificação com foto e CPF do representante legal;
   b) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária;
   c) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;

d) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;
e) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item (iv) acima.

Acionistas representados por procurador:

a) Documento de identificação com foto e CPF do procurador presente;
b) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária;
c) Procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral, conforme exigência legal (artigo 126, § 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os quotistas.

Após o recebimento da solicitação de participação e da averiguação dos documentos de identificação e representação, sendo estes satisfatórios, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado na solicitação, um convite individual com o link, as instruções de manifestação de voto e as instruções de acesso à plataforma eletrônica "Microsoft Teams", além de informações sobre os canais de contato para envio de eventuais questionamentos.

O participante se compromete a utilizar o link e as instruções a serem enviados pela Companhia:

a) Única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia Geral;
b) Não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o link a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o mesmo intransferível; e
c) Não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral.

Nos termos do §3º do artigo 5º da ICVM 481, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para participação virtual até às 14h00min do dia 29 de outubro de 2023 não poderão participar da Assembleia Geral.

No dia da Assembleia, o acesso à plataforma eletrônica "Microsoft Teams" estará disponível 40 minutos antes do horário de seu início. O registro da presença do acionista, via sistema eletrônico, somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e no horário indicado. Após 15 minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso de quaisquer pessoas, independentemente da realização do cadastro prévio. Desta forma, recomenda-se o acesso à plataforma eletrônica para participação da Assembleia com 40 minutos de antecedência.

Caso determinado participante, devidamente habilitado, não receba o link para acesso à Assembleia até as 14hs do dia 30 de outubro de 2023, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone (54) 3227-7200, ou através do e-mail ri@pettenati.com.br até as 16hs do mesmo dia, para que o acesso e as instruções sejam reenviados.

A Companhia alerta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma eletrônica "Microsoft Teams", por áudio e vídeo, e não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

O participante devidamente cadastrado, que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia será considerado presente à Assembleia Geral (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo primeiro da ICVM 481. Eventuais manifestações de voto no decorrer da Assembleia deverão ser feitas conforme instruções detalhadas que serão enviadas juntamente com o link de acesso.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os acionistas participem da AGO/E, mediante o preenchimento e entrega do respectivo Boletim de Voto à Distância aos agentes de custódia (corretoras), ao escriturador, ou, diretamente à Companhia.

Serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante a Assembleia via plataforma eletrônica "Microsoft Teams", conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09.

A Companhia esclarece que a plataforma eletrônica "Microsoft Teams" foi escolhida para realizar a AGO, pois preenche os requisitos previstos no art. 21-C, §1º da Instrução CVM 481, que permite aos acionistas a possibilidade de se manifestar e de ter acesso simultâneo a documentos que não tenham sido apresentados anteriormente e que serão apresentados durante a Assembleia.

3. Pauta proposta da AGO:

a) Apreciação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras juntamente com o parecer dos auditores independentes e relatório da administração, relativos ao exercício encerrado em 30/06/2023;

b) Apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício:

Descrição	30/06/2023
Lucro Líquido	**48.997.920**
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	**49.369.189**
Destinações Propostas	**49.369.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	**85.000.000**
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	**10.200.000**
Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

c) Eleição dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal (se for o caso);

d) Deliberação sobre a proposta de fixação da remuneração mensal global dos administradores e, se for o caso, Conselho Fiscal;

e) Proposta de participação dos diretores nos resultados do exercício social findo em 30/06/2023, no montante de R$ 1.000.000,00;

4. Pauta proposta da AGE

a) Aumento de capital no valor de R$ 15.000.000, em cumprimento da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976: "Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos."

Alterando o estatuto na redação dos seguintes artigos:

Art. 5º - O capital social é de R$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil e novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.
Parágrafo 1 – As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes.
Parágrafo 2 – Os possuidores de ações preferenciais poderão assistir às Assembleias Gerais e tomar parte nos respectivos debates, sem o exercício de direito de voto.
Parágrafo 3 – Poderão ser emitidas ações preferenciais até 2/3 (dois terços) do total de ações.

Parágrafo 4 – Por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas, e sem valor nominal.

Parágrafo 5 - As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, lhes sendo assegurado, juntamente com os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

10 Comentário dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Exercício 2022/2023

Na busca pela inovação, ressaltamos alguns temas que guiam cada etapa do nosso trabalho, dentre eles, a exigência pela qualidade, o serviço customizado, a preocupação com a sustentabilidade, a alta performance dos produtos e a inspiração na moda são motivos de nossa paixão e dedicação. A empresa é reconhecida e querida por seus clientes, principalmente pela confiabilidade de seus produtos. A seriedade e a dedicação a todos os detalhes dos processos de desenvolvimento e fabricação resultam em produções ícones em vendas e líderes de mercado.

A liderança no setor têxtil, conquistada pela Pettenati, é fruto de suas fortes habilidades que estão pautadas por versatilidade, velocidade, produção sustentável, tecnologia de ponta utilizada em todo o processo, constante evolução das técnicas de produção e pesquisa das últimas tendências de moda.

Os esforços de anos de trabalho, somados a custos internacionalmente competitivos, resultam na mais moderna tecelagem de malharia circular da América Latina, que exporta, um conceito de trabalho, além dos seus produtos. A paixão da Pettenati é criar produtos e soluções têxteis inovadoras para o sucesso dos clientes.

No exercício de 2022/2023, começamos o ano cientes de que enfrentaríamos desafios importantes. O cenário global, marcado por grandes altas de inflação, levou os Bancos Centrais a elevarem fortemente as taxas de juros, resultando em desaceleração econômica tanto no Brasil quanto no mundo. Além disso, a guerra em curso na Ucrânia impactou com aumento dos preços das commodities, alimentos e combustíveis. No Brasil, o período eleitoral foi marcado por incertezas adicionais.

Em relação ao desempenho de nossas operações no Brasil, nesse exercício atingimos uma receita bruta total de R$ 408.620 mil, com dois cenários distintos para confecção e tecidos. Na Unidade de Confecção, registramos um crescimento de 16,6% no volume de peças faturadas em relação ao ano anterior. No entanto, nos tecidos, enfrentamos uma redução de 15,5% no volume de toneladas faturadas, principalmente devido às temperaturas mais altas no inverno e aos estoques elevados de nossos clientes.
Na operação da confecção, destacamos o notável crescimento de 33% no faturamento em relação ao ano anterior, que representa agora 21,4% de participação no faturamento total do Brasil. Esse crescimento mostra não só o volume crescente de produção e vendas, mas também aumento do valor agregado, com vendas maiores em itens mais especializados e sofisticados.

Esse sucesso é resultado do planejamento estratégico e dos investimentos em capacidade de produção, beneficiado pela demanda de clientes que adotaram uma estratégia de nacionalização da produção e expansão de seus canais de venda digitais.

Apesar de um cenário de retração nas vendas de tecidos no Brasil, a Pettenati fez investimentos substanciais na melhoria de processos e atualização tecnológica. Destacamos o Projeto do Armazém Inteligente Pettenati. Esse projeto é uma solução inovadora de intralogística, aplicando tecnologias como automação, inteligência artificial e robótica, alinhadas com a nossa filosofia de gestão Lean Manufacturing. Aplicamos a melhor tecnologia para o gerenciamento automatizado de estoque, ampliando a conectividade e integração com sistemas de inteligência de dados em tempo real (WMS), interligando a produção por meio de movimentação de cargas com trans elevadores, sistemas trailers e robô autônomo industrial (AMR's) de última geração.
O Armazém inteligente Pettenati terá um impacto impressionante na gestão da expedição de mercadorias, melhorando em 45% a produtividade, promovendo a redução de 70% nos custos internos de movimentação de estoques e otimização do espaço físico e a redução dos impactos ambientais, como redução no consumo de energia, combustível e emissões atmosféricas. Além disso, proporcionará um ambiente de trabalho mais seguro e com menor risco ergonômico operacional para os nossos profissionais. Este é um projeto importante na construção de nossa indústria 4.0, que impulsiona a Pettenati rumo ao propósito de liderar a inovação têxtil global.

Além de tudo, a Pettenati continua investindo em máquinas e equipamentos para modernizar seu parque fabril, buscando maior eficiência energética, produtividade e digitalização dos processos. Esses investimentos têm por objetivo revisar e padronizar processos chaves, procedimentos e políticas em nossa matriz e em nossa controlada em El Salvador, contribuindo para maior eficiência e agilidade, evolução da governança e aumento da competitividade da empresa.

A controlada Pettenati El Salvador merece destaque no ano, alcançou um faturamento recorde de USD 101.277 mil, equivalente a R$ 519.705 mil. Apesar do cenário internacional e do mercado de varejo americano retraído, devido às altas taxas de juros e à redução do consumo, a operação de El Salvador manteve os volumes de faturamento quando comparado com o ano de 2021/2022.
A margem bruta e margem EBITDA apresentaram crescimento relevante, como pode ser observado nos números que serão apresentados em nosso relatório.

Encerramos o ano com conquistas notáveis, apresentando crescimento de margem bruta e Ebitda, e realizamos o maior volume de investimentos da história em nossas plantas fabris, totalizando R$ 86.807 mil, um crescimento de 46% em relação ao ano anterior, principalmente em instalações, máquinas e equipamentos, focando na digitalização e automatização dos processos.
Ainda assim, apresentamos uma redução no nível de endividamento líquido nos últimos trimestres, finalizando o ano com 0,9 vezes em relação ao Ebitda contra 1,4 vezes no final do exercício 2021/2022.

Mercado e Vendas

Controladora:

A receita bruta da Controladora acumulada no exercício 22/23 foi de R$ 408.620 mil, com uma redução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita da operação de tecidos foi de R$ 321.155 mil, sendo 10,8% menor que o período anterior, enquanto a receita da confecção totalizou R$ 87.465 mil, apresentando um crescimento de 33% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O

desempenho da receita destaca-se, principalmente pelo incremento de 16,6% no volume de vendas da confecção, ampliando a participação no total da receita bruta de 15,4% no acumulado do ano anterior para 21,4% no exercício de 22/23.

Com relação ao segmento de tecidos, a redução observada no volume faturado da Controladora em 15,5%, foi afetado pelo inverno com temperaturas mais altas, principalmente na região sul e sudeste do país, além de volumes elevados de estoques do mercado de confecções e varejo. A queda no faturamento de tecidos foi compensada em parte pelo desempenho da confecção, com o incremento do volume faturado, aliado ao aumento do preço médio praticado, com maior demanda por produtos de maior valor agregado.

Consolidado:

A receita bruta consolidada da Companhia no exercício de 22/23 atingiu o montante de R$ 928.325 mil em comparação aos R$ 928.542 mil do período anterior, praticamente sem variação. A redução no faturamento da Controladora foi compensada pelo incremento de 3,4% na receita da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. A receita bruta da Controlada no período foi de R$ 519.705 mil, representando 56% do montante da receita consolidada da Pettenati. O aumento da receita está relacionado à recuperação do preço médio em relação ao exercício anterior e o desempenho constante no volume de vendas de tecidos que totalizou 7.580 toneladas no período, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 21/22. Destacamos o recorde de receita em dólar da Controlada em El Salvador no período de 22/23, de USD 101.277 mil, apresentando um incremento de 4,4% em relação ao ano anterior.

Resultados

Consolidado:

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

b) Estrutura de capital

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Controladora

A Controladora encerrou o exercício com um endividamento bruto de R$ 65.042 mil, em comparação aos R$ 72.509 mil do último trimestre, uma redução de R$ 7.467 mil comparado com o trimestre anterior, resultando na queda do endividamento líquido em R$ 6.639 mil, decorrência do aumento de geração de caixa operacional. O índice de alavancagem do trimestre foi de 0,5x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando uma significativa queda de 0,4x em relação ao fechamento do período anterior.

Consolidado

A Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período. A companhia mantém a estratégia de melhorar o perfil da dívida, através do alongamento e redução no custo da dívida para as novas captações, posicionando a maior parte do endividamento no longo prazo com taxas mais atrativas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:
A Companhia utiliza recursos próprios e linhas com prazo médio de curto e longo prazos junto a instituições financeiras.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez
Não temos expectativa de deficiência de liquidez, porém, caso seja necessário, podemos dispor de linhas de crédito de curto e longo prazos junto a instituições financeiras comerciais dentro de limites já pré-aprovados e disponíveis para tomada.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeira

					Controladora		Consolidado	
	Modalidade	**Indexador**	**Juros**	**Vencimento**	**30/06/2023**	**30/06/2022**	**30/06/2023**	**30/06/2022**
Moeda Nacional					**61.752.692**	**46.350.460**	**61.752.692**	**46.350.460**
Aval	Capital de Giro	CDI	2,11% a.a.	2022	-	2.619.750	-	2.619.750
Aval	NCE	CDI	2,50% a.a.	2023	8.014.809	15.886.195	8.014.809	15.886.195
Aval	Capital de Giro	CDI	4,55% a.a.	2023	-	3.333.333	-	3.333.333
Aval	NCE	CDI	2,14% a.a	2024	5.265.005	8.726.628	5.265.005	8.726.628
Aval	Capital de Giro	CDI	2,58% a.a.	2024	6.289.254	10.442.694	6.289.254	10.442.694
Aval	CCB	IPCA	8,57% a.a.	2023	11.065.575	-	11.065.575	-
Aval	CPRF	CDI	2,18 % a.a	2025	17.201.458	-	17.201.458	-
Aval	CCB	IPCA	7,67% a.a	2025	8.476.887	-	8.476.887	-
Aplicação financeira	CCB	CDI		2026	5.439.704	5.341.860	5.439.704	5.341.860
Moeda Estrangeira					**3.289.125**	**4.798.675**	**151.559.797**	**164.973.466**
Aval	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.687.237
Aval	Loan 4131		0,86% a.a.	2025	3.289.125	4.798.675	3.289.125	4.798.675
Aval	Capital de Giro		5,00% a.a.	2025	-	-	-	38.263.096
Aval	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.746.080	-
Promissória	Capital de Giro		4,50% a.a.	2022	-	-	-	5.255.436
Promissória	Capital de Giro		5,50% a.a.	2023	-	-	-	11.799.704
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2023	-	-	-	15.759.671
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2024	-	-	-	20.377.840
Promissória	Capital de Giro		5,25% a.a.	2023	-	-	-	15.789.341
Promissória	Capital de Giro		5,75% a.a.	2024	-	-	19.284.392	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2024	-	-	11.625.495	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2025	-	-	17.450.349	-
Promissória	Capital de Giro		4,75% a.a.	2025	-	-	-	26.242.466
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2024	-	-	4.821.873	-
Promissória	Capital de Giro		6,00% a.a.	2027	-	-	38.724.715	-
Promissória	Capital de Giro		6,75% a.a.	2027	-	-	38.617.768	-
Total					**65.041.817**	**51.149.135**	**213.312.489**	**211.323.926**
Passivo circulante					**39.401.675**	**27.024.135**	**91.235.924**	**111.762.612**
Passivo não circulante					**25.640.142**	**24.125.000**	**122.076.565**	**99.561.314**

Os empréstimos em dólares, constantes do consolidado, são oriundos da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V. e serão por essa liquidados, quando de seus vencimentos, em dólares norte-americanos. Tais empréstimos no final de cada exercício correspondem a:

	30/06/2023	**30/06/2022**
Dólares	30.766.657	30.579.380

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.
Não há restrições impostas ao emissor, à exceção da hipoteca do imóvel localizado em El Salvador, oferecida em garantia a financiamentos obtidos naquele país, que vem sendo cumprida integralmente.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados. As linhas normalmente são para capital de giro, podendo ser utilizadas sem comprovação.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras
As principais alterações a destacar no balanço consolidado estão relacionadas abaixo:

Conta	30/06/2023	30/06/2022	Variação
Caixa e equivalentes de caixa	110.907.549	61.537.897	Aumento
Clientes	84.028.087	154.316.397	Diminuição
Contas a receber de partes relacionadas	20.708.673	15.240.606	Aumento
Estoques	146.093.574	162.976.306	Diminuição
Imobilizado	394.348.086	361.523.725	Aumento
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	91.235.924	111.762.612	Diminuição
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	122.076.565	99.561.314	Aumento

Caixa e equivalente de caixa: a Companhia apresentou um aumento do caixa e equivalentes, com fluxo de caixa previsto para liquidações de empréstimos e ingresso de clientes

Clientes: refere-se à melhora no prazo de recebimento de clientes, da Pettenati El Salvador, e para o caso do Brasil redução no faturamento do último trimestre de 22/23 em relação ao período anterior.

Contas a receber partes relacionadas: refere-se exclusivamente a operação de venda de mercadorias para as empresas que a Pettenati Centro América participa, Supertex El Salvador S.A de C.V. e Supertex Lourdes S.A. de C.V.

Estoques: os estoques de produtos prontos sofreram uma diminuição por conta do melhor controle, gestão dos estoques e redução proporcional a redução nos volumes de faturamento de tecidos.

Imobilizado: aumento na conta de imobilizado devido os investimentos recorde da companhia no ano de 22/23. A companhia investiu substancialmente na melhoria dos processos e atualização tecnológica, além de modernização de máquinas e equipamentos buscando maior eficiência energética, produtividade e digitalização dos processos. Os investimentos totalizaram R$ 86.806 mil, sendo um incremento de 46% em relação ao ano anterior.

Empréstimos e financiamentos: A companhia manteve o nível de captação de recursos, mas com estratégica de alongamento da dívida e redução dos custos de empréstimos. Tivemos uma redução nos empréstimos de curto prazo e um aumento na conta de longo prazo. Porém o endividamento líquido da Pettenati teve uma redução significativa em relação ao final do exercício anterior.

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nesse exercício atingimos uma receita bruta total de R$ 408.620 mil na operação do Brasil, com dois cenários distintos para confecção e tecidos. Na Unidade de Confecção, registramos um crescimento de 16,6% no volume de peças faturadas em relação ao ano anterior. No entanto, nos tecidos, enfrentamos uma redução de 15,5% no volume de toneladas faturadas, principalmente devido às temperaturas mais altas no inverno e aos estoques elevados de nossos clientes.

Na operação da confecção, destacamos o notável crescimento de 33% no faturamento em relação ao ano anterior, que representa agora 21,4% de participação no faturamento total do Brasil. Esse crescimento mostra não só o volume crescente de produção e vendas, mas também aumento do valor agregado, com vendas maiores em itens mais especializados e sofisticados.

Encerramos o exercício em 30 de junho com 1.303 funcionários na Controladora e com um faturamento bruto per capita de R$ 313,6 mil (R$ 377,7 mil no período anterior).

A controlada Pettenati El Salvador alcançou um faturamento recorde de 101.277 mil dólares, equivalente a R$ 519.705 mil. Apesar do cenário internacional e do mercado de varejo americano retraído, devido às altas taxas de juros e à redução do consumo, a operação de El Salvador manteve os volumes de faturamento quando comparado com o ano de 2021/2022.

A receita bruta consolidada da Companhia no exercício de 22/23 atingiu o montante de R$ 928.325 mil em comparação aos R$ 928.542 mil do período anterior, praticamente sem variação. A redução no faturamento da Controladora foi compensada pelo incremento de 3,4% na receita da Controlada Pettenati Centro América S.A. de C.V.

O EBITDA ajustado sem equivalência da Controladora atingiu R$ 19.913 mil no ano de 22/23, com uma redução de R$ 1.222 mil comparado ao período anterior, em função da queda do volume de vendas de tecidos. A margem do EBITDA ajustado foi de 6,0%, permanecendo estável em relação ao exercício de 21/22.

O EBITDA ajustado consolidado atingiu o valor de R$ 108.232 mil, ficando R$ 9.095 mil acima do mesmo período do exercício anterior, impulsionado pelo desempenho da Controlada que foi de R$ 88.319 mil em 22/23, apresentando um crescimento de R$ 10.317 mil em relação ao ano 21/22. A margem EBITDA consolidada atingiu 12,9%, um incremento de 1.1 p.p em relação ao período anterior, impactado positivamente pela melhora da margem bruta da Controlada.

A Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
Não há.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os instrumentos financeiros da Companhia estão basicamente representados na contabilidade pelas contas ativas de caixa, equivalentes de caixa e clientes; pelas contas passivas de fornecedores, instituições financeiras, as quais estão avaliadas a valores justos de realização, tendo como base metodologias de avaliação estabelecidas nos contratos específicos.

Quanto aos fatores de risco de mercado que poderiam afetar os negócios, eles estão apresentados da seguinte forma:

Aplicações financeiras: estão distribuídas no mercado bancário em instituições tradicionais solidamente estabelecidas.

Clientes: são adotados procedimentos de seletividade e análises para limites de créditos mantendo provisão suficiente para minimizar eventuais perdas.

Riscos com taxa de câmbio: decorrem da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por conta das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras. Os valores relacionados na tabela abaixo representam parte dos saldos contabilizados, não sendo possível a conciliação com os valores apresentados no balanço.

	Controladora			
	30/06/2023			
	R$	US$	E$	JPY$
Clientes	2.737.115	568.031	-	-
Numerários em andamento	7.496.390	1.524.191	28.875	-
Outros ativos	1.376.801	275.718	-	-
Adiantamento a fornecedores	3.841.926	338.958	417.920	-
Total Ativo	**15.452.232**	**2.706.898**	**446.795**	**-**
Fornecedores	(7.253.488)	(22.000)	(908.422)	(71.001.721)
Financiamento de imobilizado	-	-	-	-
Empréstimos	(3.289.125)	-	(497.285)	-
Arrendamento mercantil a pagar	(460.280)	-	(87.483)	-
Adiantamento de clientes	(682.843)	(141.692)	-	-
Total Passivo	**(11.685.736)**	**(163.692)**	**(1.493.190)**	**(71.001.721)**
Exposição líquida	**3.766.496**	**2.543.206**	**(1.046.395)**	**(71.001.721)**

Derivativos: a Controladora mantém instrumentos derivativos visando a proteção de operações de importações, exportações e recebimento de dividendos de sua Controlada. Os ganhos ou perdas (resultado financeiro) são reconhecidos por competência no resultado. Os contratos de travas de importação têm seu valor desembolsado no ato do contrato, sendo registrado no Ativo pelo seu valor integral e atualizado pelo seu valor justo, enquanto os contratos de travas de exportação são registrados pelo seu valor justo. A Administração da Companhia monitora permanentemente os instrumentos financeiros derivativos. Abaixo estão apresentados os saldos dos contratos e os ganhos e perdas nos períodos:

		Valores em 30/06/2023				
Vencimentos	**Operação**	**Valor contratado em US$**	**Valor contratado em R$**	**Ganhos / (perdas) R$**	**Ganhos/(perdas) U$**	**Operações**
jan/24	Trava de importação	400.000	2.006.400	(14.901)	3.092	Compras futuras
abr/24	Trava de importação	200.000	997.000	(33.160)	6.881	Compras futuras
set/23	Swap	-	20.000.000	598.523	124.196	Empréstimos
	Total	**600.000**	**23.003.400**	**550.462**	**134.169**	

Análise de sensibilidade adicional

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração ou aumento de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, com base na Instrução CVM n. 475/08.

			Impacto no resultado			
		Cenário Atual	Cenário I	Cenário I	Cenário II	Cenário II
			25%	-25%	50%	-50%
Taxa de juros DI	**Valor contábil**	**12,65%**	**15,81%**	**9,49%**	**18,98%**	**6,33%**
Empréstimos	(65.041.817)	(8.878.208)	(11.097.760)	(7.102.566)	(13.317.312)	(5.918.805)
Aplicações financeiras	46.639.971	6.366.356	7.957.945	5.093.085	9.549.534	4.244.237
	(18.401.846)	(2.511.852)	(3.139.815)	(2.009.481)	(3.767.778)	(1.674.568)
Variação			(627.963)	502.370	(1.255.926)	837.284

Posicionamento Financeiro

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

ENDIVIDAMENTO (*R$ mil*)	Controladora				Consolidado			
	4º Trim. 2022/2023	3º Trim. 2022/2023	2º Trim. 2022/2023	1º Trim. 2022/2023	4º Trim. 2022/2023	3º Trim. 2022/2023	2º Trim. 2022/2023	1º Trim. 2022/2023
Caixa e bancos *	8.023	2.870	969	1.610	51.692	44.185	42.509	42.027
Aplicações financeiras	46.640	52.620	68.378	31.871	65.917	72.942	84.031	80.531
Empréstimos de curto prazo	39.402	41.770	48.257	39.453	91.236	114.277	115.616	126.514
Empréstimos de longo prazo	25.640	30.738	35.118	13.636	122.077	140.515	155.743	125.716
Dívida Bruta	**65.042**	**72.509**	**83.375**	**53.089**	**213.312**	**254.792**	**271.359**	**252.230**
Dívida Líquida	**10.379**	**17.018**	**14.029**	**19.608**	**95.704**	**137.666**	**144.820**	**129.672**
Dívida Líquida / EBITDA LTM	**0,5x**	0,7x	0,6x	0,9x	**0,9x**	1,3x	1,4x	1,3x

* Reclassificação dos valores de Câmbios a Liquidar para Caixa e Bancos, em relação aos dados apresentados nos trimestres anteriores

A Controladora encerrou o exercício com um endividamento bruto de R$ 65.042 mil, em comparação aos R$ 72.509 mil do último trimestre, uma redução de R$ 7.467 mil comparado com o trimestre anterior, resultando na queda do endividamento líquido em R$ 6.639 mil, decorrência do aumento de geração de caixa operacional. O índice de alavancagem do trimestre foi de 0,5x (Dívida Líquida/EBITDA dos últimos doze meses), apresentando uma significativa queda de 0,4x em relação ao fechamento do período anterior.

No consolidado, a Companhia encerrou o exercício 22/23 com um endividamento bruto consolidado de R$ 213.312 mil, em comparação aos R$ 254.792 mil do último trimestre, uma redução de R$ 41.480 mil comparado com o trimestre anterior, sendo que desse valor, 42,8% referem-se à dívida de curto prazo e 57,2% à dívida de longo prazo.

O exercício 22/23 encerrou com um endividamento líquido consolidado de R$ 95.704 mil, representando uma redução de R$ 41.962 mil em relação ao trimestre anterior, resultando um índice de alavancagem consolidado de 0,9x (Dívida Líquida /EBITDA dos últimos doze meses), apresentado uma redução significativa

no índice. Os principais fatores para a redução da dívida líquida e melhora do indicador estão relacionados com a liquidação de empréstimos e manutenção das disponibilidades, devido ao bom desempenho de geração de caixa operacional no período. A companhia mantém a estratégia de melhorar o perfil da dívida, através do alongamento e redução no custo da dívida para as novas captações, posicionando a maior parte do endividamento no longo prazo com taxas mais atrativas.

EBITDA

EBITDA (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Lucro Líquido	48.998	67.508	*-27,4%*	48.998	67.508	*-27,4%*
Minoritários	-	-	*n/a*	19.609	14.629	*34,0%*
IRPJ e CSLL	14.531	26.497	*-45,2%*	14.533	26.500	*-45,2%*
Resultado Financeiro Líquido	(5.721)	(21.891)	*-73,9%*	3.772	(15.038)	*-125,1%*
EBIT	**57.808**	**72.114**	***-19,8%***	**86.912**	**93.599**	***-7,1%***
Depreciações e Amortizações	8.298	5.404	*53,6%*	29.289	27.459	*6,7%*
EBITDA	**66.106**	**77.518**	***-14,7%***	**116.201**	**121.058**	***-4,0%***
Margem EBITDA	*19,9%*	*22,4%*	*-2,5p.p*	*13,8%*	*14,3%*	*-0,5p.p*
Equivalência Patrimonial	(46.194)	(34.462)	*34,0%*	-	-	*n/a*
Eventos Não Recorrentes *	-	(21.921)	*-100,0%*	(7.970)	(21.921)	*-63,6%*
EBITDA Ajustado	**19.912**	**21.134**	***-5,8%***	**108.232**	**99.137**	***9,2%***
Margem EBITDA Ajustado	*6,0%*	*6,1%*	*-0,1p.p*	*12,9%*	*11,7%*	*1,1p.p*

* Valores não recorrentes da PTCA: + R$ 11.204 mil: reversão de provisões de passivo laboral

- R$ 3.234 mil: reconhecimento de obsolescência de estoques

Controladora

O EBITDA ajustado sem equivalência da Controladora atingiu R$ 19.913 mil no ano de 22/23, com uma redução de R$ 1.222 mil comparado ao período anterior, em função da queda do volume de vendas de tecidos. A margem do EBITDA ajustado foi de 6,0%, permanecendo estável em relação ao exercício de 21/22.

Consolidado

O EBITDA ajustado consolidado atingiu o valor de R$ 108.232 mil, ficando R$ 9.095 mil acima do mesmo período do exercício anterior, impulsionado pelo desempenho da Controlada que foi de R$ 88.319 mil em 22/23, apresentando um crescimento de R$ 10.317 mil em relação ao ano 21/22. A margem EBITDA consolidada atingiu 12,9%, um incremento de 1.1 p.p em relação ao período anterior, impactado positivamente pela melhora da margem bruta da Controlada.

Resultados

O lucro líquido da Companhia atingiu o montante de R$ 48.998 mil, comparado aos R$ 67.508 mil do mesmo período do ano anterior, sendo R$ 18.510 mil menor em comparação com 21/22. No ano anterior, o lucro

líquido acumulado foi beneficiado pelo valor de R$ 21.921 mil (antes do efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social), devido à recuperação de impostos, oriundo dos processos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da CONFINS e da recuperação de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado. Quando eliminados os efeitos não recorrentes apresentados no exercício de 21/22, nota-se que a empresa vem apresentando lucro líquido consistente nos últimos três exercícios, finalizando o ano de 22/23 com um percentual de 5,8% de lucro líquido em relação à receita líquida da companhia.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional
Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Não se aplica

c. Eventos ou operações não usuais
Nada a destacar.

10.4. Os diretores devem comentar
a. Mudanças significativas nas práticas contábeis
b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas políticas contábeis no exercício. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados:

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor
Não se aplica

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras anuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1. Moeda funcional, transações e saldos em moeda estrangeira

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional da controlada está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Pettenati Centro América S.A. de C.V.	PTCA	Dólar	El Salvador

b. Transações e saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data das demonstrações financeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

1.1 Base de consolidação

a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

b) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

e) Critérios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementados com a eliminação dos investimentos na empresa Controlada, dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação, dos lucros/perdas não realizados e das transações a realizar. As demonstrações financeiras consolidadas da Controlada foram convertidas para reais, com base na taxa corrente de venda do dólar americano vigente em 30 de junho de 2023 para saldos patrimoniais e pela taxa na data de cada operação, para as movimentações de resultado, sendo que esta segue os mesmos princípios contábeis da controladora.

f) Investimentos mensurados ao valor justo

Existe ainda um investimento em uma empresa, através da Controlada, na qual a Companhia não possui controle, controle conjunto ou influência significativa, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Estes investimentos são contabilizados pelo método de valor justo e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo gastos de transação.

As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o resultado quando do recebimento de dividendos.

A Companhia participa, indiretamente, na Supertex S.A de C.V. através da sua Controlada, com um percentual de 10%.

1.2 Reconhecimento de contrato com cliente

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, do ajuste a valor presente, bem como para as demonstrações financeiras anuais consolidadas, são eliminadas as operações entre as empresas.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um exercício e premissas especificadas. Para contratos que permitem a devolução, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um ativo e um passivo de devolução são reconhecidos.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Os juros incidentes sobre as contas a receber, assim como o ajuste a valor presente das contas a receber são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Tecido e confecção	Os clientes obtêm controle da produção de tecidos e confecção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes ou entregues sob cuidados dos transportadores, contratados pelos clientes. As faturas são emitidas no momento da saída das mercadorias das fábricas. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30-45 dias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Este momento ocorre geralmente quando os produtos são entregues nas instalações dos clientes ou quando retirados por transportadores contratados pelos clientes. Para contratos que incluem a possibilidade de devolução de mercadorias por parte do cliente, o reconhecimento da receita ocorre somente quando é altamente provável que não haverá uma reversão significativa do valor da receita já reconhecida A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo, quando aplicável.

1.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando A Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém

um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(vi) Apresentação dos juros pagos no demonstrativo dos fluxos de caixa

A Companhia adotou como política contábil a apresentação do montante de juros pagos, dentro das atividades de financiamentos, em sua demonstração dos fluxos de caixa. Esta definição está vinculada a uma melhor apresentação dentro do curso normal dos negócios.

1.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no cálculo do custo médio. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, alocados com base na capacidade normal de operação. As perdas com a realização de estoques são reconhecidas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos sem que o valor de realização for menor que o custo médio dos estoques.

1.5 Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos estão apresentados pelo valor de custo ou líquido de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais ou variações monetárias auferidas (quando aplicável).

Para os demais passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

a. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um benefício do segmento têxtil é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. As subvenções relacionadas a aquisição de ativos são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

1.6 Investimentos

O investimento na Controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e reconhecido no resultado do exercício. No caso das variações cambiais de investimento em Controlada no exterior, no Patrimônio Líquido, e somente serão registradas contra o resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para

garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição e ajustados aos valores recuperáveis.

1.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Imóveis	1%	4%
Máquinas e Equipamentos Industriais	5%	10%
Móveis e Utensílios	7%	12%
Computadores e Periféricos	6%	15%
Veículos	3%	12%
Instalações	4%	9%
Equipamento Fotovoltaico	-	5%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

1.8 Ativos intangíveis

As patentes registradas são demonstradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada.

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas utilizadas para o cálculo da amortização foram as a seguir discriminadas:

Contas	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Marcas e Patentes	14%	14%
Softwares	11%	18%

b. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo

financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do devedor;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

1.9 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento
Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o

direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBCTG 06/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação em exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A depreciação do ativo de direito de uso é realizada usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

1.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

1.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem as receitas de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

a. Imposto de renda e contribuição social

Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio

líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

Controlada no exterior
A Pettenati Centro América S.A. de C.V. está enquadrada nos benefícios da Lei de Zonas Francas Industriais e de Comercialização.

Um dos benefícios proporcionados por esta legislação é o não recolhimento de imposto de renda sobre as atividades incentivadas, ou seja, não há incidência de imposto de renda sobre atividades de fabricação e comercialização de tecidos.

Para preservar os benefícios estabelecidos por esta norma, é necessário que todos os nossos produtos sejam exportados para zonas francas ou fora de El Salvador e não devem ser vendidos a comerciantes locais salvadorenhos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças

temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

1.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia possui plano de benefício a empregados que inclui participação nos lucros, quando estes ocorrem. Tal plano de participação não é estatutário, não existindo, portanto, a obrigatoriedade de realizá-lo.

1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Pettenati é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do dividendo obrigatório é contabilizado inicialmente em conta específica de Patrimônio Líquido e somente é reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

1.14 Resultado por ação

O cálculo é efetuado utilizando a quantidade média de ações durante o exercício reportado. Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes, em exercícios em que a Companhia gerar lucro, tendo prioridade no recebimento dos dividendos. No caso em que a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos a que fizerem jus no período não superior a 3 exercícios consecutivos, essas ações preferenciais adquirirão direito a voto até que o valor volte a ser pago, conforme estatuto.

1.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

1.16 Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia considera que dentro de suas vendas existe um componente financeiro, assim como, em suas compras. Desta forma, o componente financeiro da receita é apresentado como uma receita financeira e o componente financeiro incluído nas compras é apresentado como uma despesa financeira, a fim de apresentar de forma adequada os fluxos de caixa operacionais que fluem da ou para a Companhia.
O cálculo é realizado *pro rata die* entre a data do reconhecimento do ativo ou passivo e a sua data esperada para liquidação. A taxa de risco é ajustada prospectivamente sempre que há alterações no risco da própria Companhia.

Quando há liquidação em exercício diferente do esperado, os ajustes são reconhecidos prospectivamente no resultado.

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 1,74859% . A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e

- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não se aplica

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não aplicável

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não se aplica

iv. Contratos de construção não terminada
Não se aplica

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, comentar:
a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação
Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não se aplica.

10.8. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:
a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

INVESTIMENTOS (*R$ mil*)	Controladora			Consolidado		
	2022/2023	2021/2022	VAR. %	2022/2023	2021/2022	VAR. %
Imóveis	-	-	*N/A*	995	0	*N/A*
Máquinas e equipamentos industriais	26.649	23.993	*11%*	56.358	42.325	*33%*
Instalações	16.971	4.634	*266%*	21.707	5.717	*280%*
Móveis e utensílios	1.157	1.360	*-15%*	4.395	4.438	*-1%*
Equipamento fotovoltaico	-	-	*N/A*	1.009	4.087	*-75%*
Equipamentos de informática	784	1.287	*-39%*	1.107	2.097	*-47%*
Outros	1.137	550	*107%*	1.234	809	*53%*
Total	**46.698**	**31.823**	***47%***	**86.806**	**59.473**	***46%***

O montante investido pela Controladora no período foi de R$ 46.698 mil, superando em 47% o valor de R$ 31.823 mil do exercício anterior. A Companhia intensificou os investimentos no último exercício, principalmente na área fabril, abrangendo máquinas, equipamentos e infraestrutura. Durante o período de 22/23, ocorreu além da renovação e modernização de ativos fabris, as principais fases de entrega, montagem e sincronização de equipamentos e softwares do Projeto Armazém Inteligente da nova expedição.

O montante investido na Controlada no exercício de 22/23 foi de R$ 40.108 mil, um incremento de 45% em relação ao exercício anterior, destinados ao crescimento da capacidade instalada e à modernização e otimização da eficiência produtiva do parque fabril.

O montante consolidado dos investimentos totalizou R$ 86.806 mil no exercício, um crescimento de 46% em relação ao ano anterior.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria geração de caixa, o financiamento direto com fornecedores e o capital de giro da empresa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar.

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

1. **Informar o lucro líquido do exercício**

No exercício findo em 30 de junho de 2023, a Companhia registrou lucro ajustado de R$ 49.369.189.

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Descrição	**30/06/2023**
Lucro Líquido	**48.997.920**
Realização Custo Atribuído	296.970
Realização da Reserva de Reavaliação	74.299
Total a Destinar	**49.369.189**
Destinações Propostas	**49.369.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva Subvenção de Investimento (07/2022 a 06/2023)	10.608.603
Base de cálculo para distribuição de dividendos sobre o capital social	**85.000.000**
Dividendos (0,212294393 por ação preferencial e ordinária)	**10.200.000**
Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

O percentual proposto para distribuição corresponde a 12% do Capital Social.

4. **Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Não estão sendo propostos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

a. **O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Dividendos	**Ações**	
	Preferenciais	**Ordinárias**
Montante total proposto	R$ 6.799.697	R$ 3.400.303
Montante proposto por ação	0,212294393	0,212294393

b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A forma de pagamento será mediante crédito em conta bancária do acionista, cadastrada junto ao banco escriturador das ações da Companhia. O prazo de pagamento dos dividendos será definido na AGOE no ato da aprovação.

c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não há incidência de atualização de juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Os dividendos serão declarados na AGOE, assim como a identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respetivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ação	Período	Ordinárias	Preferenciais
Resultado Líquido	2022/2023	1,019802	1,019802323
	2021/2022	1,405054	1,405054
	2020/2021	1,105308	1,105308
	2019/2020	-0,045439	-0,045439
	2018/2019	0,505949	0,505949
Dividendos	2022/2023	0,212294	0,212294393
	2021/2022	0,318748	0,318748
	2020/2021	0,206553	0,206553
	2019/2020	-	-
	2018/2019	0,072643	0,072643
Juros /Capital Próprio	2018/2019	0,104066	0,104066

8. Havendo destinação de lucros a reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Foi destinado o montante de R$ 2.449.896 à constituição da Reserva Legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Valor
Lucro líquido do exercício	48.997.920
Parcela destinada	5%
Reserva legal constituída	**2.449.896**

O saldo de R$ 15.649.896,00 foi constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

O capital da Companhia é distribuído em ações ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As ações preferenciais têm direito a um dividendo fixo, não cumulativo de 12% ao ano sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do Capital Social pelo número de ações existentes e aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei, além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, a proposta de distribuição de resultados contempla o pagamento integral dos dividendos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Prevê o Estatuto da Companhia que do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e

(c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.
O montante destinado a reserva foi calculado conforme o quadro abaixo:

Constituição das reservas	**39.169.189**
Reserva Legal	2.449.896
Reserva de Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro	26.110.690
Reserva Subvenção de Investimento	10.608.603

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Está sendo destinado o valor de R$ 10.608.603 para Reserva de Subvenção para Investimento.

b. Explicar a natureza da destinação

Os valores destinados à Reserva de Subvenção para Investimento se referem à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído pela Companhia, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS, conforme Decreto (RS) 55.919 de 06 de junho de 2021.

Currículos dos candidatos e informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (se for o caso), na AGOE a ser realizada no dia 31 de outubro de 2023.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração:

a. Nome	**Carla Francisca Pettenati**	**Cláudio José Rossi**
b. Data de nascimento	11/01/1969	17/04/1946
c. Profissão	Industrial	Economista
d. CPF	552.980.440-34	006.599.670-49
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração e Diretora Comercial	Vice-presidente do Conselho de Administração
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	28/10/2022	28/10/2022
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	0	8
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Superior em letras e Inglês Saint Godric's - Cambridge College - Londres Inglaterra. Superior incompleto em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro de Administração até a presente data e Diretor Administrativo e de Relações com investidores até Out/2013. – Atividade principal: indústria têxtil
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal:

Membros titulares		
a. Nome:	**Zulmar Neves**	**Renato Gomes Ritter**
b. Data de nascimento	24/03/1950	16/06/1954
c. Profissão	Advogado	Contador
d. CPF	009.650.490-00	208.090.500-72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro fiscal	Conselheiro fiscal
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	28/10/2022	28/10/2022
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	14	1
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor geral até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia. Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – foi membro do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores, rebocados e de vagões	Pettenati S/A - Indústria Têxtil - 21/06/1986 - 02/06/2022 Cargo Inicial: Chefe Departamento de Custos Cargo intermediário: Gerente de Custos Cargo intermediário: Gerente de Custos e Planejamento Cargo Final: Assessor da Presidência Produtos Alimentícios Corsetti S/A – 26/05/77 a 20/01/86 Cargo Inicial: Encarregado de Crédito e Cobrança Cargo intermediário: Chefe de custos Cargo Final: Contador, Custos e Planejamento Luiz Michielon S/A Ind. E Com – 03/04/75 a 09/02/77 Cargo inicial: Auxiliar de Contabilidade Cargo intermediário: Chefe Departamento De Pessoal Cargo intermediário: Chefe de escritório Cargo Final: Contador
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Membros suplentes		
a. Nome:	**João Carlos Franzoi Basso**	**Theodoro Firmbach**
b. Data de nascimento	29/04/1968	14/10/1935
c. Profissão	Advogado	Advogado
d. CPF	527.287.140-53	003.486.600-06
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal	Conselheiro fiscal
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	-	-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	14	4
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal suplente até esta data – Atividade principal: indústria têxtil. Zulmar Neves Advocacia – Diretor até a presente data – Atividade principal: empresa de advocacia.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheiro fiscal até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% de participação nas reuniões
Carla Francisca Pettenati	Presidente do Cons. de Administração	100,0%
Claúdio José Rossi	Vice-Presidente do Cons. de Administração	100,0%
Murici dos Santos	Conselheiro de Administração	100,0%
Zulmar Neves	Conselheiro fiscal titular	100,0%
Maria Elvira Lopes Gimenez	Conselheiro fiscal titular	100,0%
Renato Gomes Ritter	Conselheiro fiscal titular	100,0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Conselho consultivo

a. Nome:	**Ottavio Pettenati**	**Franceschina Libonatti Pettenati**
b. Idade	09/05/1937	11/07/1948
c. Profissão	Empresário	Empresária
d. CPF	004.266.870-00	098.321.650-91
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do conselho consultivo	Conselheira consultiva
f. Data da eleição	28/10/2022	28/10/2022
g. Data da posse	28/10/2022	28/10/2022
h. Prazo do mandato (último)	1 ano	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-	-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não	Não
l. Número de mandatos consecutivos	5	5
m. (i) informações sobre: principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) - Presidente do Conselho Consultivo até esta data – Atividade principal: indústria têxtil e Gladium Administração e Participações Ltda. – sócio-diretor – Atividade principal: holding detentora de participações societárias na Pettenati S/A.	Pettenati S/A Indústria Têxtil (Companhia Aberta) – Conselheira Consultiva até esta data – Atividade principal: indústria têxtil.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar,

em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% de participação nas reuniões
Ottavio Pettenati	Presidente do conselho consultivo	100,00%
Franceschina Libonati Pettenati	Conselheira consultiva	100,00%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de administradores na AGOE de 31 de outubro de 2023, somente as pessoas abaixo relacionadas têm relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

Ottavio Pettenati – Presidente do Conselho Consultivo

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Pai de Otávio Ricardo Pettenati - Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Pai de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Pai de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Pai de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Franceschina Libonati Pettenati – Conselheira Consultiva

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Mãe de Otávio Ricardo Pettenati - Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Mãe de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Mãe de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Mãe de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Esposa de Ottavio Pettenati – Presidente do Conselho Consultivo

Otávio Ricardo Pettenati –Diretor Presidente e de RI e sócio administrador de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filho de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmão de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmão de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmão de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial, Presidente do Conselho de Administração, e sócia de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filha de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

- ⇨ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)
Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filha de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

Roberta Daniela Pettenati – Diretora Industrial e sócia administradora de Gladium Administração e Participações Ltda. (controladora)

Pessoas Relacionadas:

- ⇨ Filha de Ottavio Pettenati - Presidente do Conselho Consultivo
- ⇨ Irmã de Otávio Ricardo Pettenati – Diretor Presidente e de RI e sócio administrador da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Fernanda Maria Pettenati – Diretora de Marketing e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda
- ⇨ Irmã de Carla Francisca Pettenati – Diretora Comercial e sócia da controladora Gladium Adm. e Part. Ltda

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
b. controlador direto ou indireto do emissor
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Os candidatos a administradores e fiscais da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.

Estatuto Social com atual redação e com alterações propostas.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	ESTATUTO SOCIAL APÓS ALTERAÇÕES
I – Denominação, sede, objeto e duração da sociedade	
Art. 1º - A sociedade terá por denominação social Pettenati S/A Indústria Têxtil e reger-se-á pelos presentes estatutos e disposições que lhe forem aplicáveis.	Artigo não alterado
Art. 2º - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, podendo abrir sucursais, depósitos, agências e filiais em todo o território nacional, e ou exterior, a critério de sua diretoria.	Artigo não alterado
Art. 3º - A sociedade tem por objeto a indústria e comércio de malharia e fiação, compreendendo a confecção de artigos do vestuário em ponto de malha, de tecelagem com fios de lã, algodão, acrílico e outros, sua importação e exportação, representações, comissões e consignações de produtos correlatos ao seu ramo de indústria, bem como participar em outras empresas.	Artigo não alterado
Art. 4º - A sociedade é instituída por tempo indeterminado.	Artigo não alterado
II – Capital, Ações e Acionistas	
Art. 5º - O capital social é de R$ 85.000.000,00 (Oitenta e cinco milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.	Art. 5º - O capital social é de R$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais), divididos em 48.046.488 (quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito) ações nominativas sem valor nominal sendo 16.016.924 (dezesseis milhões, dezesseis mil novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 32.029.564 (trinta e dois milhões, vinte e nove mil e quinhentos e sessenta e quatro) ações preferenciais.
Parágrafo 1 – As ações preferenciais não terão direito a voto, mas receberão um dividendo fixo, não cumulativo de 12% (doze por cento) ao ano, sobre o equivalente ao seu valor nominal, ou seja, sobre o produto da divisão do capital social pelo número de ações existentes.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 2 – Os possuidores de ações preferenciais, poderão assistir as Assembleias Gerais e tomar parte nos respectivos debates, sem o exercício de direito de voto.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 3 – Poderão ser emitidas ações preferenciais até 2/3 (dois terços) do total de ações.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 4 – Por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, a companhia poderá aumentar seu capital em até mais 5.479.233.218 ações ordinárias e 10.958.466.436 ações preferenciais, nominativas, e sem valor nominal.	Parágrafo não alterado
Parágrafo 5 - As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, lhes sendo assegurado, juntamente com os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle,	Parágrafo não alterado

além de assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.	
Art. 6º - Todas as ações da sociedade serão escriturais, obedecendo às disposições dos artigos 34 e 35 da Lei 6404/76 de 15/12/1976, e as demais prescrições legais e regulamentares.	Artigo não alterado
Art. 7º - As ações serão mantidas em conta de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.	Artigo não alterado
Art. 8º - Fica assegurado aos senhores acionistas a livre cessão, venda ou transferência de ações, tanto ordinárias como preferenciais, sendo facultado a instituição depositária a cobrança de custos do serviço, observados os limites máximos legais.	Artigo não alterado
Art. 9º - Cada ação ordinária escritural dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 10º - As ações serão indivisíveis em relação à sociedade, que só reconhecerá um proprietário para cada ação.	Artigo não alterado
Art. 11º - Determinado o aumento do capital, caberá aos acionistas a preferência para a respectiva subscrição, na proporção das ações que possuírem, fixando-se o prazo da decadência de 30 dias para o exercício do direito, contados a partir da data da publicação de aviso aos acionistas.	Artigo não alterado
III – Administração	
Art. 12º - A administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração, órgão colegiado de deliberação, e por uma Diretoria na função executiva, cujos membros poderão ser reeleitos.	Artigo não alterado
Art. 13º - A investidura dos Conselheiros e Diretores efetuar-se-á mediante assinatura de termo lavrado nos livros próprios, dispensando-se quaisquer garantias para exercício dos cargos.	Artigo não alterado
Art. 14º - A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, será fixada pela Assembleia Geral.	Artigo não alterado
IV – Conselho de Administração	
Art. 15º - O Conselho de Administração será composto de até cinco membros, pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, com mandato de um ano.	Artigo não alterado

Art. 16º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos dentre seus membros, em Reunião de Conselho. Parágrafo 1 – Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Conselho este será substituído pelo Vice-Presidente. Parágrafo 2 – No caso de impedimento temporário de qualquer um dos Conselheiros este poderá ser substituído por qualquer outro. Parágrafo 3 – O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Presidente terá voto de qualidade, as reuniões serão convocadas por seu Presidente, sempre que assim exigirem os interesses sociais, podendo as Reuniões ter início com o comparecimento de no mínimo 2 (dois) Conselheiros. Parágrafo 4 – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, assinadas por todos os presentes.	Artigo não alterado
Art. 17º - Compete ao Conselho de Administração: (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) Eleger e destituir os diretores da sociedade; (c) Fiscalizar a gestão dos diretores examinado a qualquer tempo os livros e papéis, da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados a quaisquer outros atos; (d) Convocar a Assembleia Geral quando julgar convenientes ou nos casos estabelecidos em lei; (e) Manifestar-se sobre o relatório de administração e as contas da diretoria; (f) Escolher e destituir os auditores independentes; (g) Deliberar sobre a emissão de ações, nos limites do artigo 5, parágrafo 4, deste estatuto; (h) Autorizar a aquisição de ações emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes; (i) Declarar dividendos a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores; (j) Deliberar sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, na forma e condições referidas no parágrafo segundo do artigo 40, do Estatuto Social; (k) Autorizar a sociedade e/ou controladas a concessão de empréstimos e financiamentos,	Artigo não alterado

quando relevantes, a empresas subsidiarias diretas ou indiretas; (l) Autorizar a aquisição e/ou alienação de ativos e de participações societárias quando reputadas como relevantes na forma da lei; (m) Autorizar a sociedade a constituir empresas subsidiárias no Brasil e no exterior; (n) Autorizar a concessão, pela Sociedade ou por qualquer de suas controladas, de garantia real ou fidejussória, desde que relevantes, em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente ou em favor de subsidiária, em quaisquer hipóteses, em uma ou mais operações, sempre no interesse da Sociedade; (o) Deliberar, se e quando julgar conveniente, sobre a instalação do Conselho Consultivo para aconselhamento dos membros do Conselho de Administração, fixando o número de conselheiros, remuneração e regras de funcionamento deste órgão, bem como de outros Comitês do Conselho de Administração.	
Art. 18º - O Conselho Consultivo será composto por até 3 (três) membros; entre e por eles, um será designado de Coordenador e os demais não terão denominação específica. § 1º - O prazo de mandato será de 1 (um) ano, permitida a reeleição; § 2º - O Conselho Consultivo terá a atribuição de opinar sobre assuntos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho de Administração; § 3º- As recomendações e os pareceres do Conselho Consultivo não vincularão os diretores e os conselheiros de administração, e serão aprovados por maioria de seus integrantes, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade; § 4º - A remuneração dos Conselheiros Consultivos será fixada pelo Conselho de Administração, e será absorvida pelos valores fixados pela Assembleia Geral para remuneração dos administradores.	Artigo não alterado
V – Diretoria	
Art. 19º A diretoria será composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, acionistas ou não, designados de Presidente, Diretor Comercial, Diretor de Marketing, Diretor Industrial, Diretor de Controladoria e Finanças, Diretor de RH e Compliance e Diretor, todos residentes no país	Artigo não alterado
Art.20º - O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano.	

Art. 21º - Em caso de vaga ou impedimento de qualquer membro da Diretoria, o Conselho de Administração indicará o novo titular que completará o mandato do substituído.	
Art. 22º - Caberá ao Presidente a orientação geral dos negócios sociais; ao Diretor Comercial caberá a direção do setor comercial no mercado interno e externo; ao Diretor de Marketing caberá a direção do setor de Marketing; ao Diretor Industrial caberá a direção do setor industrial; ao Diretor de Controladoria e Finanças caberá a direção dos setores de controladoria e financeiro, ao Diretor de RH e Compliance caberá a direção do setor de RH e ao Diretor caberão as atividades que lhes forem atribuídas em reunião de Diretoria, tudo nas condições reguladas pelos Estatutos Sociais	Artigo não alterado
Art. 23º - A sociedade será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente: (a) pelo Presidente, isoladamente, ou; (b) por dois Diretores, sendo um deles necessariamente, o Diretor de Controladoria e Finanças, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de RH e Compliance, ou ainda; por um dos Diretores de Controladoria e Finanças, Comercial, Industrial, de RH e Compliance, em conjunto com um procurador.	Artigo não alterado
Art. 24º - A Diretoria poderá nomear procuradores ou mandatários, para fins específicos.	Artigo não alterado
Art. 25º - É vedado a Diretoria e Procuradores o uso da empresa em avais, ou quaisquer outras formas de obrigações, diretos ou indiretos, quando a operação for estranha aos interesses sociais.	
Art. 26: Para alienar bens imóveis é necessária e suficiente a assinatura isolada do Presidente. Para alienar demais bens, ceder ou conceder direitos reais em garantia, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, dar bens móveis em alienação fiduciária é necessária a assinatura: (a) do Presidente, isoladamente, ou; (b) de dois Diretores, sendo um deles necessariamente, Diretor de Controladoria e Finanças, ou o Diretor Comercial, ou o Diretor Industrial, ou o Diretor de RH e Compliance, ou ainda; (c)de um dos Diretores de Controladoria e Finanças, Comercial, Industrial ou de RH e Compliance, em conjunto com procurador.	Artigo não alterado

Art. 27º - A sociedade quando representada isoladamente pelo Presidente poderá, inclusive, participar em outras empresas.	Artigo não alterado
Art. 28º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, com um mínimo de 02 (dois) titulares, por convocação do Presidente, cabendo a este o voto de qualidade.	Artigo não alterado
Art. 29º - Na ausência do Presidente a reunião poderá ser convocada por qualquer um dos diretores.	Artigo não alterado
Art. 30º - As deliberações serão consignadas no livro de Atas de Reunião da Diretoria.	Artigo não alterado
VI – Conselho Fiscal	
Art. 31º - A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e iguais número de suplentes, acionistas ou não, podendo ser reeleitos.	Artigo não alterado
Art. 32º - O Conselho fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral, nos casos previstos no parágrafo 2, do Artigo 161, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
Art. 33º - O funcionamento do Conselho Fiscal irá até a primeira Assembleia Geral Ordinária, após a sua instalação.	Artigo não alterado
Art. 34º - Os honorários dos membros efetivos do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger, observando-se o disposto no parágrafo 3, do artigo 162, do mesmo diploma legal.	Artigo não alterado
VII – Assembleias Gerais	
Art. 35º - A Assembleia Geral dos acionistas, reunir-se-á ordinariamente, para fins previstos em lei, dentro dos 4 (quatro) meses após o término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.	Artigo não alterado
Art. 36º - Observarão as leis vigentes à convocação, instalação e realização das Assembleias Gerais.	Artigo não alterado
Art. 37º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores, conforme o disposto no parágrafo 1, item IV, do artigo 126, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
Art. 38º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.	Artigo não alterado
Art. 39º - Prevalecerá sempre a deliberação da maioria absoluta do capital representado na Assembleia Geral, salvo disposição da lei em contrário.	Artigo não alterado

Art. 40º - Ficam suspensas quaisquer transferências de ações a partir da data de primeira convocação para qualquer Assembleia Geral, até a realização desta e durante os primeiros 10 (dez) dias do pagamento de dividendos fixados por Assembleia Geral, observado o disposto no Artigo 37, da Lei 6404/76.	Artigo não alterado
VIII – Exercício Social e Distribuição de Lucros	
Art. 41º - O Exercício Social terminará em 30 de junho de cada ano, procedendo-se as Demonstrações Financeiras com observância da legislação em vigor. Parágrafo 1 – Além do balanço geral a ser levantado no dia 30 de junho, poderão ser levantados balanços de períodos menores, podendo o Conselho de Administração declarar dividendos à conta dos lucros apurados, nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros. Parágrafo 2 – A companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio calculado sobre o Patrimônio Líquido, podendo referidos juros serem imputados ao valor do dividendo obrigatório previstos na letra "b" do artigo 42 e parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social. O valor dos juros aqui previstos poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinado a aumento de capital, tudo de conformidade com a Lei número 9.249 de 26 de dezembro de 1995.	Artigo não alterado
Art. 42º - Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo, sendo o lucro líquido remanescente, assim distribuído: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal e que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o parágrafo único abaixo, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado para pagamento de dividendo suplementar aos acionistas. Parágrafo único: A Reserva para Aumento de Capital, Investimentos e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do imobilizado e acréscimo do capital de giro. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá	Artigo não alterado

exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir dividendos ou para aumento de capital.	
Art. 43º - O pagamento do dividendo será efetuado no prazo máximo de 60 dias, após a realização da Assembleia que aprovar as Demonstrações Financeiras, salvo se esta deliberar em contrário, porém, em qualquer caso, dentro do exercício social.	Artigo não alterado
IX – Dissolução e Liquidação da Sociedade	
Art. 44º - Em caso de dissolução da sociedade, a Assembleia nomeará o liquidante e se for o caso, o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.	Artigo não alterado
Art. 45º - A Assembleia que nomear o liquidante e o Conselho Fiscal fixar-lhe-á sua remuneração, seus deveres e poderes, segundo o estabelecido pela legislação em vigor.	Artigo não alterado
X – Disposições Gerais	
Art. 46º - Os casos omissos nestes estatutos, serão resolvidos de conformidades com a legislação consubstanciada na lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e com os usos e costumes vigentes.	Artigo não alterado
XI – Disposições Transitórias	
Art. 47º - O endereço da sociedade é em Caxias do Sul, neste Estado, a Estrada Estadual RSC 453 – km 2,4.	Artigo não alterado

Aumento de capital

1. **Informar valor do aumento e do novo capital social:**

A administração propõe a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R$ 15.000.00,00 (quinze milhões de reais), o capital após o aumento ficará em R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

2. **Informar se o aumento será realizado mediante:**

(a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações;

(b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição;

(c) capitalização de lucros ou reservas; ou

(d) subscrição de novas ações

O aumento de capital será realizado mediante capitalização de lucros.

3. **Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e**

Econômicas:

A administração irá propor a assembleia geral de acionistas o aumento de capital no montante de R$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sem emissão de novas ações, com a finalidade de atendimento a legislação vigente e estatuto social, no que tange os limites de constituição de reservas de lucros.

Não verificamos quaisquer implicações jurídicas ou economicas que possam advir em prejuízo da companhia por causa de tal ato.

4. **Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável**

Parecer do Conselho Fiscal

Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal da Pettenati S.A. Indústria Têxtil, em reunião hoje realizada, no exercício da competência que lhes é atribuída pelo artigo 163 da Lei 6.404/76, examinaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho 2023, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e notas explicativas às demonstrações elaboradas consoante o requerido pelo artigo 176 do referido diploma legal sob a responsabilidade de sua administração.

Com base nas análises realizadas ao longo do exercício, no relatório da administração e ainda com base na opinião dos auditores independentes, somos de parecer que as referidas demonstrações representam adequadamente, sem ressalvas, a situação patrimonial e financeira da companhia e o resultado do exercício e, portanto, reúnem os requisitos para serem submetidas a apreciação dos acionistas da Pettenati S.A. Indústria Têxtil em Assembleia Geral, a ser convocada oportunamente.

Caxias do Sul, 28 de setembro de 2023.

RENATO GOMES RITTER MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ

ZULMAR NEVES

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações:

a. Descrever a destinação dos recursos:

Não aplicável.

b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe:

Não aplicável.

c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas:

Não aplicável.

d. Informar se a subscrição será pública ou particular:

Não aplicável.

e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contabeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos:

Não aplicável.

f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública:

Não aplicável.

g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada á reserva de capital:

Não aplicável.

h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere á diluição provocada pelo aumento:

Não aplicável.

i. Informar o criterio de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha, nos termos do art. 170 da Lei n° 6.404, de 1976:

Não aplicável.

j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado:

Não aplicável.

k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão:

Não aplicável.

l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:

i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos;

ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos;

iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses

iv. Cotação média nos últimos 90 dias;

Não aplicável.

m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos:

Não aplicável.

n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão:

Não aplicável.

o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas:

Não aplicável.

p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito:

Não aplicável.

q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras:

Não aplicável.

r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital:

Não aplicável.

s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens:

i. Apresentar descrição completa dos bens;

ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social;

iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível;

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas:

a. **Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas:**

Não aplicável.

b. **Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal:**

Não aplicável.

c. **Em caso de distribuição de novas ações**:

i. **Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe:**

Não aplicável.

ii. **Informar o percentual que os acionistas receberão em ações:**

Não aplicável.

iii. **Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas:**

Não aplicável.

iv. **Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995:**

Não aplicável.

v. **Informar o tratamento das frações, se for o caso:**

Não aplicável.

d. **Informar o prazo previsto no $ 3° do art. 169 da Lei n° 6.404, de 1976:**

Não aplicável.

e. **Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível:**

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição:

a. **Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe:**

Não aplicável.

b. **Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas:**

Não aplicável.

8. O disposto nos itens 1 a 7 deste Anexo não se aplica aos aumentos de capital decorrentes de plano de opção, caso em que o emissor deve informar:

a. **data da assembleia geral de acionistas em que o plano de opção foi aprovado;**

Não aplicável.

b. **valor do aumento de capital e do novo capital social;**

Não aplicável

c. **número de ações emitidas de cada espécie e classe;**

Não aplicável

d. **preço de emissão das novas ações;**

Não aplicável

e. **cotação de cada uma das espécies e classes de ações do emissor nos mercados em que são negociadas, identificando:**

   i. **cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos;**

   ii. **cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos;**

   iii. **cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses;**

   iv. **cotação média nos últimos 90 dias;**

Não aplicável

f. **percentual de diluição potencial resultante da emissão**

Não aplicável.

Informações sobre a remuneração dos administradores

A proposta para remuneração dos administradores que será apresentada para deliberação na Assembleia Geral de 31 de outubro de 2023, será no valor global mensal de até R$ 480.000,00 que compreende o conselho de administração e a diretoria.

O valor poderá ser corrigido mensalmente com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice oficial de aferição da desvalorização da moeda que vier a substituí-lo.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções. Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos e assistência médica.

A parte fixa tem por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado e a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso a saúde.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a não menos do que 10% da que em média for atribuída a cada Diretor.

Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado em Assembleia Geral.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão	Honorários Fixos				Assistência Médica - benefícios			
	2022/2023	2021/2022	2020/2021	2019/2020	2022/2023	2021/2022	2020/2021	2019/2020
Conselho de Administração	100,00%	100,00%	98,60%	98,70%	0,00%	0,00%	1,40%	1,30%
Conselho Fiscal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	-	-
Diretoria	91,00%	93,00%	95,30%	94,40%	9,00%	7,00%	5,70%	5,60%

iii.metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado bem como parâmetros de inflação e a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados nos órgãos de administração da companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários obedecem às práticas de mercado, bem como parâmetros de inflação.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham as práticas usuais de mercado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos definidas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Prevista

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	550.000	230.000	3.800.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	10.000	-	260.000
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão			
Valor total da remuneração	560.000	230.000	4.060.000

Exercício 2022/2023

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	4
Membros remunerados	2	3	4
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	404.800	261.600	4.268.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	309.878
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.000.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	404.800	261.600	4.268.000
Valor total da remuneração	404.800	261.600	5.927.878

Exercício 2021/2022

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	368.000	251.520	3.900.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	293.477
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	1.350.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	368.000	251.520	5.543.477
Valor total da remuneração	368.000	251.520	5.543.477

Exercício 2020/2021

Informação	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de membros	3	3	5
Membros remunerados	2	3	5
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	355.250	217.140	3.619.000
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	5.165	-	217.316
Remuneração variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	750.000
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-
Valor total da remuneração do órgão	360.415	217.140	4.586.316
Valor total da remuneração	360.415	217.140	4.586.316

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- **a. órgão**
- **b. número total de membros**
- **c. número de membros remunerados**
- **d. em relação ao bônus:**
  - **i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
  - **ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
  - **iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
  - **iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**
- **e. em relação à participação no resultado:**
  - **i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
  - **ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
  - **iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
  - **iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**

Remuneração Variável paga no exercício 2022/2023			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria**
Número total de membros	3	3	4
Número de membros remunerados	2	3	4
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	1.000.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "*Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)*".			

Remuneração Variável paga no exercício 2021/2022			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria**
Número total de membros	3	3	5
Número de membros remunerados	2	3	5
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	1.350.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "*Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)*".			

Remuneração Variável paga no exercício 2020/2021			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria**
Número total de membros	3	3	5
Número de membros remunerados	2	3	5
Em relação ao bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Em relação à participação no resultado			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	Não se aplica	Não se aplica	750.000
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (*)			
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (*)			
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado			
(*) A Companhia não possui plano de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Porém, de acordo com o art. 42 do Estatuto Social dispõe: "*Do resultado do exercício, após as deduções legalmente previstas, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo (...)*".			

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais
b. principais objetivos do plano
c. forma como o plano contribui para esses objetivos
d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
f. número máximo de ações abrangidas
g. número máximo de opções a serem outorgadas
h. condições de aquisição de ações
i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
j. critérios para fixação do prazo de exercício
k. forma de liquidação
l. restrições à transferência das ações
m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
- **i. data de outorga**
- **ii. quantidade de opções outorgadas**
- **iii.prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- **iv. prazo máximo para exercício das opções**
- **v. prazo de restrição à transferência das ações**
- **vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
  - **em aberto no início do exercício social**
  - **perdidas durante o exercício social**
  - **exercidas durante o exercício social**
  - **expiradas durante o exercício social**

e. valor justo das opções na data de outorga
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não se aplica.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções ainda não exercíveis
i. quantidade
ii. data em que se tornarão exercíveis
iii.prazo máximo para exercício das opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações
v. preço médio ponderado de exercício
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
d. em relação às opções exercíveis
i. quantidade
ii. prazo máximo para exercício das opções
iii.prazo de restrição à transferência das ações
iv. preço médio ponderado de exercício
v. valor justo das opções no último dia do exercício social
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social
Não se aplica

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
c. em relação às opções exercidas informar:
i. número de ações
ii. preço médio ponderado de exercício
iii.valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
d. em relação às ações entregues informar:
i. número de ações
ii. preço médio ponderado de aquisição
iii.valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas
Não se aplica

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:
a. modelo de precificação
b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
d. forma de determinação da volatilidade esperada
e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo
Não se aplica

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Pettenati S.A. Indústria Têxtil – 30/06/2023

Órgão	Ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	40	0
Diretoria	15.631.720	455.804
Conselho Fiscal	4	1376

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:
a. órgão
b. número de membros
c. número de membros remunerados
d. nome do plano
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
Não se aplica.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão	Membros	Membros Remunerados	Exercício 2022/2023			Exercício 2021/2022			Exercício 2020/2021		
			Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média	Mínima
Conselho de Administração	3	2	525.000	262.500	175.000	504.000	368.000	120.000	216.000	168.000	120.000
Diretoria	5	4	4.314.000	1.078.500	862.800	3.552.000	739.200	432.000	1.200.000	739.200	432.000
Conselho Fiscal	3	3	107.850	107.850	107.850	73.920	73.920	73.920	73.920	73.920	73.920

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor
Não se aplica

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Jul./22 a Jun./23	Jul./21 a Jun./22	Jul/20 a Jun./21
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	75,48%	78,50%	87,19%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.
Não se aplica

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos
Não se aplica

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.
Nada a informar.

Otávio Ricardo Pettenati
Diretor Presidente e de RI